

# Bancos exigem depósito 28 DEZ 1991 JORNAL DO BRASIL para negociar a dívida externa

BRASÍLIA — O governo brasileiro está enfrentando dificuldades nas negociações da dívida externa com os bancos credores internacionais, revelou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em conversa informal com os jornalistas credenciados no Ministério da Economia. "Nós ainda vamos brigar muito com os bancos em 1992", disse o ministro. Por causa dessas dificuldades, o ministro informou que a negociação, que esperava concluir em março do ano que vem, deverá se estender até abril. "Está sendo uma negociação difícil", admitiu.

"Temos problemas de flexibilização por parte dos bancos", informou Marcílio, para quem, apesar das dificuldades, não se pode falar em impasse nas negociações. A exigência por parte dos bancos de garantias maiores para a renegociação dos débitos brasileiros é um destes problemas de flexibilização. "Eles exigem garantias que nem sempre temos condições de dar", disse Marcílio.

**Depósito** — Segundo assessores do ministro, os banqueiros querem que o governo deposite, em instituição ainda não determinada, recursos suficientes para cobrir um período de 18 meses de pagamento de juros. O Brasil propôs que as garantias cobrissem apenas o principal de uma parte da dívida, o que exigiria um desembolso de cerca de US\$ 2 bilhões para comprar títulos do Tesouro dos Estados Unidos — os papéis que serviriam para assegurar o pagamento das amortizações. Os bancos, escaldados pelas moratórias anteriores declaradas pelo Brasil, querem que as garantias cubram também os juros.

A expectativa do ministro é que a partir da segunda ou terceira semana de janeiro, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) tiver aprovado a carta de intenções do programa econômico brasileiro, as negociações com os bancos serão aceleradas. Os dois lados, informou, concordam que há necessidade de se chegar a um acordo. Marcílio não esclareceu se as maiores resistências nas negociações viriam por parte dos banqueiros japoneses.

O grande problema, na opinião do ministro, é que para que o acordo seja concluído é necessária a adesão de bancos que respondam por pelo menos 95% da dívida de US\$ 44 bilhões. A proposta brasileira prevê a troca da dívida por seis tipos de bônus, entre os quais existem dois que permitiriam um desconto de 37% sobre o valor original dos contratos. Essa negociação não incluiu os débitos de cerca de US\$ 6 bilhões junto aos bancos brasileiros com agências no exterior. O Banco do Brasil é o principal deles.

O ministro espera que em 1992 aumente o ingresso de dinheiro novo no país, mas disse que esses recursos não virão dos bancos comerciais. Os capitais viriam dos fundos de pensão, organismos internacionais e outros investidores privados. Marcílio comemorou a entrada de US\$ 10 bilhões no país em 1991, através de cinco instrumentos diversos: *commercial papers*, bônus, aplicações de estrangeiros nas bolsas brasileiras, securitização das exportações e investimentos diretos. Só nos últimos dez dias, informou, cinco empresas brasileiras conseguiram vender seus bônus no exterior.